

## 20 ANOS DO MST E A PERSPECTIVA DA REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA

Bernardo Maçano Fernandes  
Departamento de Geografia – UNESP  
Campus de Presidente Prudente

### Introdução

Nos últimos 20 anos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST organizou-se em todas as regiões do país, tornando-se o mais expressivo movimento camponês brasileiro. Para analisar essa realidade, elaboramos um ensaio teórico que tem como conceitos principais o processo de territorialização, a destruição e a recriação do campesinato.

Na primeira parte do texto, apresentamos os três momentos da formação do MST, estudando as formas de luta dos sem-terra na construção de espaços de socialização política para a conquista da terra de trabalho. Na segunda parte, fazemos uma reflexão a respeito das perspectivas da realização da reforma agrária no governo de Luis Inácio Lula da Silva, eleito em 2002.

Nossas pesquisas foram realizadas em escala nacional e corresponde a segunda metade do século XX. Aprofundamos nossos estudos com o objetivo de explicar a forma de organização do MST e a sua territorialização na implantação de assentamentos rurais, resultados da ocupação da terra. Essa realidade tem revelado uma importante política de desenvolvimento territorial e de ressocialização de parte dos trabalhadores excluídos do processo produtivo.

A territorialização é um processo de expansão de uma relação de poder no espaço geográfico. A expansão ocorre com a ampliação da área do território e sua multiplicação. No campo, a territorialização ocorre pela expansão de uma determinada relação social. Nesse caso há dois tipos de relações sociais que tem se confrontado historicamente: a propriedade capitalista e a propriedade camponesa.

A territorialização do capital promove a desterritorialização do campesinato e vice-versa. Nesse estudo da formação do MST, procuramos compreender o processo de recriação do campesinato por ele mesmo, através da ocupação da terra. Com esse objetivo, desenvolvemos um ensaio teórico para explicar as formas de lutas e de resistência na luta pela conquista da terra de trabalho.

Contestamos as teses do fim do campesinato, que vem sendo defendida desde o final século XIX e que foi reafirmada no final do século XX, por Hobsbawm, 1995, entre diversos outros cientistas. Neste mesmo final de século, vimos nascer a Via Campesina, uma

articulação mundial dos movimentos camponeses, realizando lutas em escala internacional pela defesa dos direitos dos pequenos agricultores.

O campesinato vem sendo destruído e recriado continuamente de diversas formas: por políticas de compra de terras para pequenos agricultores, com apoio do Banco Mundial, pelo arrendamento de terras pelos grandes proprietários e pelas ocupações de terras, que ocorrem na América Latina, na África e na Ásia. A diminuição da população camponesa em todo o mundo não pode ser compreendida sem a análise das políticas agrícolas que os excluem, das políticas de desenvolvimento urbano que estão produzindo cidades insustentáveis e da territorialização das multinacionais que controlam cada vez mais a terra e água nos países em desenvolvimento.

De fato, em quase todos os países do mundo, ele é tratado como resíduo de uma sociedade que se modernizou. Todavia, as teses do fim do campesinato insistem em querer ignorar o sentido da sua resistência e também não explica como ficaria o mundo sem a existência do campesinato.

Com o desenvolvimento tecnológico promovido neste momento de pós – industrialização, que gerou o desemprego estrutural, a agricultura familiar é uma possibilidade para a geração de trabalho e desenvolvimento. Nessa realidade, a idéia do fim do campesinato pela inserção destes trabalhadores no mercado de trabalho torna-se, cada vez mais, uma impossibilidade, principalmente com a mecanização e robotização do setor industrial.

Nesse sentido, a luta pela terra é uma luta de ressocialização e de desenvolvimento territorial. É nesse contexto que compreendermos a formação e a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Essa luta se constitui no campo das possibilidades dos processos de transformação da sociedade. Esse tem sido um movimento de avanços e refluxos de um processo em permanente construção.

Caminhando na contra-corrente das teses do capitalismo agrário, compreendemos o campesinato como uma forma de organização e desenvolvimento fundamental para a construção de um mundo mais justo.

### **MST - 20 anos de territorialização: desafios, refluxos e resistência**

No dia 22 de janeiro de 2004, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST completou 20 anos de existência. É o movimento camponês de caráter não sindical com vida mais longa da história do Brasil. Esse tempo refere-se à data oficial de sua fundação, com a realização do Primeiro Encontro Nacional, realizado no município de Cascavel, Estado do Paraná, nos dias 20 a 22 de janeiro de 1984. Todavia, essa vida é mais longa, em torno de 25 anos, se considerarmos que a gestação do Movimento começou no ano de 1979, quando aconteceram as primeiras lutas de resistência na terra e ocupações de terra nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O nascimento do MST foi resultado da intensificação da questão agrária. A ditadura militar (1964-1984) intensificou a questão agrária com a implantação de um modelo de desenvolvimento da agropecuária que privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Este modelo dinamizou a territorialização do capital no campo, por todas as regiões do País, principalmente com a expansão da soja, da cana-de-açúcar e da pecuária.

A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa. Esses processos não são lineares, tampouco separados e contém a contradição porque na territorialização de um está contida a produção e a reprodução de outro. No interior do processo de territorialização do capital há a criação, destruição e recriação do trabalho familiar. Da territorialização do campesinato produzem-se o trabalho assalariado e o capitalista. Os avanços e recuos desses processos pelo território são determinados por um conjunto de fatores políticos e econômicos.

Nas últimas três décadas, a territorialização da agricultura capitalista desterritorializou grande parte do campesinato, concentrando ainda mais a estrutura fundiária. Esse processo encontrou pouca resistência, porque o golpe militar da 1964 aniquilou os três movimentos camponeses mais bem organizados: as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – ULTAB - e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MASTER, nascidos na década de 1950. Permitiu apenas a existência, sob intervenção, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Com a extinção dos movimentos camponeses e o movimento sindical sob controle, o regime totalitário pôde ignorar a reforma agrária e pretendeu eliminar os conflitos por terra, incorporando os trabalhadores rurais por meio do assalariamento e ou provocando a migração para as cidades.

O resultado desse processo político foi o aumento das desigualdades. A modernização da agricultura capitalista aconteceu de forma extraordinária. A mecanização da agricultura e as crises econômicas também promoveram o desemprego. Os conflitos por terra aumentaram com o renascimento da resistência organizada dos camponeses, representada pelo trabalho da Comissão Pastoral da Terra, fundada em 1975, que reuniu as lutas dos posseiros, dos sem-terra, dos meeiros, dos pequenos proprietários e contribuiu com a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### **1.1 - Formação e territorialização do MST**

Nesta parte apresentamos os três momentos da formação e territorialização do MST. Denominamos o primeiro momento de **gestação e nascimento do MST**. Este momento é compreendido pelas lutas que formaram o MST e que aconteceram no período 1979 a 1985.

Em cinco estados do Centro – Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul) aconteceram ocupações de terra e as resistências de posseiros e de arrendatários. As experiências dessas lutas foram reunidas pela Comissão Pastoral da Terra –CPT – e em julho de 1982, no município de Medianeira – PR, foi realizado o primeiro encontro para discutir o crescimento da luta pela terra.

Em setembro deste mesmo ano, novo encontro foi organizado em Goiânia - GO, onde camponeses de todas as regiões do País formaram uma comissão provisória para a criação de um movimento camponês em escala nacional. Ainda, no ano de 1983, mais dois encontros foram realizados até a fundação do MST, em 22 de janeiro de 1984, no município de Cascavel – PR. Um ano depois, o MST realizou o seu primeiro Congresso Nacional com representantes de 23 das 27 unidades federativas.

Nesse tempo, o MST estava organizado parcialmente nos cinco estados do Centro Sul. Os sem-terra haviam enfrentado diversos desafios desde 1979. O primeiro foi constituir uma articulação para superar o isolamento a que estavam confinados pela repressão do governo militar. Uma luta histórica foi o acampamento Encruzilhada Natalino, quando o governo Militar não poupou esforços para abortar o nascimento do MST. (Fernandes, 2000, p. 55).

Neste primeiro momento, o MST já esboçava a sua futura estrutura com a criação de comissões setoriais nos acampamentos e nos primeiros assentamentos. A criação de comissões de alimentação, saúde, comunicação, negociação entre outras, tornar-se-ia uma referência para a constituição de sua forma de organização.

O crescimento do MST sempre esteve associado diretamente a sua territorialização. Fora assim no período 1979 – 1985. Crescer também significava organizar-se nacionalmente. Em suas avaliações de conjuntura política e histórica, os sem-terra compreendiam que um movimento camponês organizado em escala local ou regional teria menos possibilidades de enfrentamento com o capital.

Nesse sentido, no segundo momento de sua formação, que denominamos de **territorialização de consolidação do MST**, o MST completou a sua territorialização na região Sudeste, territorializou-se por toda a região Nordeste e chegou em Rondônia na região amazônica, além do Estado de Goiás, na região Centro - Oeste. Neste tempo, o Movimento também definiu sua estrutura organizativa e se consolidou como movimento nacional. Este momento é compreendido pelas lutas que aconteceram no período 1985 a 1990.

O MST se territorializa por meio da ocupação da terra. A ocupação é uma forma de enfrentamento, resistência e recriação do campesinato. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos, definindo uma metodologia de luta popular. Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação.

A formação de um grupo de famílias começa com o trabalho de base. Esse é um processo contínuo da luta pela terra. Das lutas ocorridas no período de gestação do MST, foram formadas diversas lideranças que iniciaram os trabalhos de base em outras regiões do País, através da criação de espaços de socialização política. Esse espaço possui três dimensões: espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. A primeira é o espaço comunicativo, construído desde as primeiras reuniões. É o momento da apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos da luta.

É o início de uma experiência de transformação de suas realidades. É o ponto de partida para a criação do o espaço interativo. Este, dependendo da metodologia, realiza-se antes, durante ou depois da ocupação da terra, que se constitui em um espaço de luta e resistência. O espaço interativo é um contínuo processo de aprendizado. O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra. O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida associadas ao desenvolvimento da questão agrária. Fazem análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico.

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização sociopolítica do MST. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito da participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem.

Ocupando, é dessa forma, que os sem-terra vêm a público, dimensionam o espaço de socialização política, intervindo na realidade, construindo o espaço de lutas e resistência, quando ocupam a terra ou acampando nas margens das rodovias. Conquistando a terra, na formação do assentamento, transformam o espaço em território, recriando o trabalho familiar e reproduzindo a luta pela terra através do trabalho de base na formação de novos grupos de famílias.

As reuniões realizadas nos trabalhos de base são espaços geradores de sujeitos construindo suas próprias existências. Essas reuniões podem durar um, três, seis meses ou até anos, dependendo da conjuntura. Podem envolver um município, vários municípios ou até mais de um estado em áreas de fronteira.

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, não é um fato novo. É um contínuo na história do campesinato. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta. Os posseiros ocupam terras,

predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com a territorialização do capital ocorrem os processos de expropriação desses camponeses, desenvolvidos principalmente pela grilagem de terra, por latifundiários e empresários. Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração - terras devolutas e ou griladas. As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o latifundiário, o empresário estão.

Desde de 1985, quando o MST se territorializou por todas as regiões do Brasil, os sem-terra intensificaram as ocupações de terra, causando grande impacto político, de modo que os sem-terra passaram a ser os principais interlocutores, no enfrentamento com o Estado, na luta pela terra e pela reforma agrária. Esses trabalhadores de origem rural ou urbana estão lutando pela terra em todas as grandes regiões.

Hobsbawm, 1998, p. 241-42, destaca três tipos de ocupações: a) *recuperación* ou terras de trabalho reconquistadas – que estavam ocupadas há décadas por camponeses, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital na expropriação das famílias camponesas; b) *terras devolutas*, quando os camponeses ocupam terras pertencentes ao Estado, em áreas de fronteira, e cujas terras passam a ser griladas por latifundiários, e c) *ocupação de latifúndios*. Nesse estudo, Hobsbawm preocupou-se, principalmente, com as ocupações do primeiro tipo, que também têm relevância no Brasil, especialmente na Amazônia, onde parte das terras de posseiros foi apropriada e grilada pelos latifundiários e empresários. Contudo, no Brasil predominam as ocupações de terras devolutas e as ocupações de latifúndios.

No curso das experiências, os sem-terra passaram a combinar várias formas de luta. Essas acontecem em separado ou simultaneamente com ocupações de terra. São as marchas ou caminhadas, as ocupações de prédios públicos e as manifestações em frente às agências bancárias. Esses atos intensificam as lutas e aumentam o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com os diferentes órgãos do governo. Igualmente expõem suas realidades, recebendo apoio e críticas da opinião pública e de diversos setores da sociedade. As caminhadas e marchas são formas de manifestação política produzidas na espacialização e produtoras de espacialidades.

Pelo desenvolvimento dos procedimentos das práticas de lutas, nos processos de espacialização e territorialização, é possível definir dois tipos de ocupação: *ocupação de uma área determinada* e *ocupação massiva*. A principal diferença desses tipos está no fato que no primeiro, o tamanho da área é critério para a mobilização e organização das famílias. Dependendo do tamanho da área pode ser uma ocupação de pequenos grupos ou até

numerosos grupos, massificando a luta. No segundo, a mobilização e organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra, ocupando quantas áreas forem necessárias.

No primeiro tipo a ocupação é realizada com o objetivo de conquistar somente a área ocupada. Portanto, as famílias são mobilizadas e se organizam para reivindicarem a terra ocupada. Havendo famílias remanescentes, iniciam uma nova luta para se conquistar uma outra área. Cada ocupação resulta na conquista de um assentamento. A lógica da organização das famílias é mobilizar conforme as áreas reivindicadas. Essa lógica muda com as ocupações massivas. Nesse caso, os sem-terra superaram a condição de ficarem limitados ao tamanho da área reivindicada. O sentido da ocupação deixou de ser somente pela conquista de uma determinada área, e passou a ser o assentamento de todas as famílias, de modo que uma ocupação pode resultar em vários assentamentos.

Essa forma de organização intensificou a territorialização da luta. O critério principal para assentar as famílias não é mais o limite territorial, mas o tempo e as formas em que as famílias participam da luta. A ocupação transformou-se numa luta contínua pela terra, num refazendo constante, conforme as famílias vão sendo assentadas, novas famílias unem-se as famílias em luta. Assim, conforme vão conquistando frações do território, vão somando mais grupos de famílias aos grupos de famílias remanescentes.

Uma ocupação de uma área determinada pode se transformar em uma ocupação massiva, não só pela quantidade de famílias que participam, mas por causa do desdobramento da luta. Isso acontece quando, depois da conquista da terra reivindicada, passa-se a ter conhecimento de um conjunto de áreas que podem ser conquistadas e da perspectiva de se reunir diversos grupos de famílias em uma mesma ocupação. Desse modo, é importante destacar que a massificação não tem só o sentido de quantidade, mas também o de qualidade. Este é determinado pelo dimensionamento do espaço de socialização política, principalmente no fortalecimento do espaço interativo, que acontece por meio da difusão de núcleos, setores e comissões, de modo a fortalecer o movimento.

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam famílias de vários municípios e de mais de um estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outros interesses que possam impedir o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores. Assim, os critérios de seleção das famílias a serem assentadas não podem ficar restritos a procedência das famílias. As pessoas que compõem as comissões de seleção precisam considerar como critério, entre os determinados pelo governo, a história da luta.

Na execução das ocupações, os sem-terra podem realizar diferentes formas de estabelecimento na terra. Há experiências em que ocupam uma faixa de terra e prosseguem com as negociações, reivindicando a desapropriação da área. Há experiências em que ocupam a terra, dividem em lotes e começam a trabalhar, noutras demarcam uma única área e plantam coletivamente. Essas práticas são resultados do desenvolvimento da organização dos sem-

terra. São formas de resistência que colocam em questão a terra de trabalho contra a terra de exploração.

Por mais que se tenha um planejamento, a espacialização da luta por meio da ocupação da terra é sempre um dever. Possui o sentido das possíveis transformações incessantes, quando as conjunturas construídas, dissolvem-se e ou relacionam-se, formando novas conjunturas, superando-se ou retrocedendo. Portanto, por mais que os sem-terra tenham construído experiências diversas, a espacialização de uma ocupação nunca é um fato completamente conhecido, tampouco desconhecido.

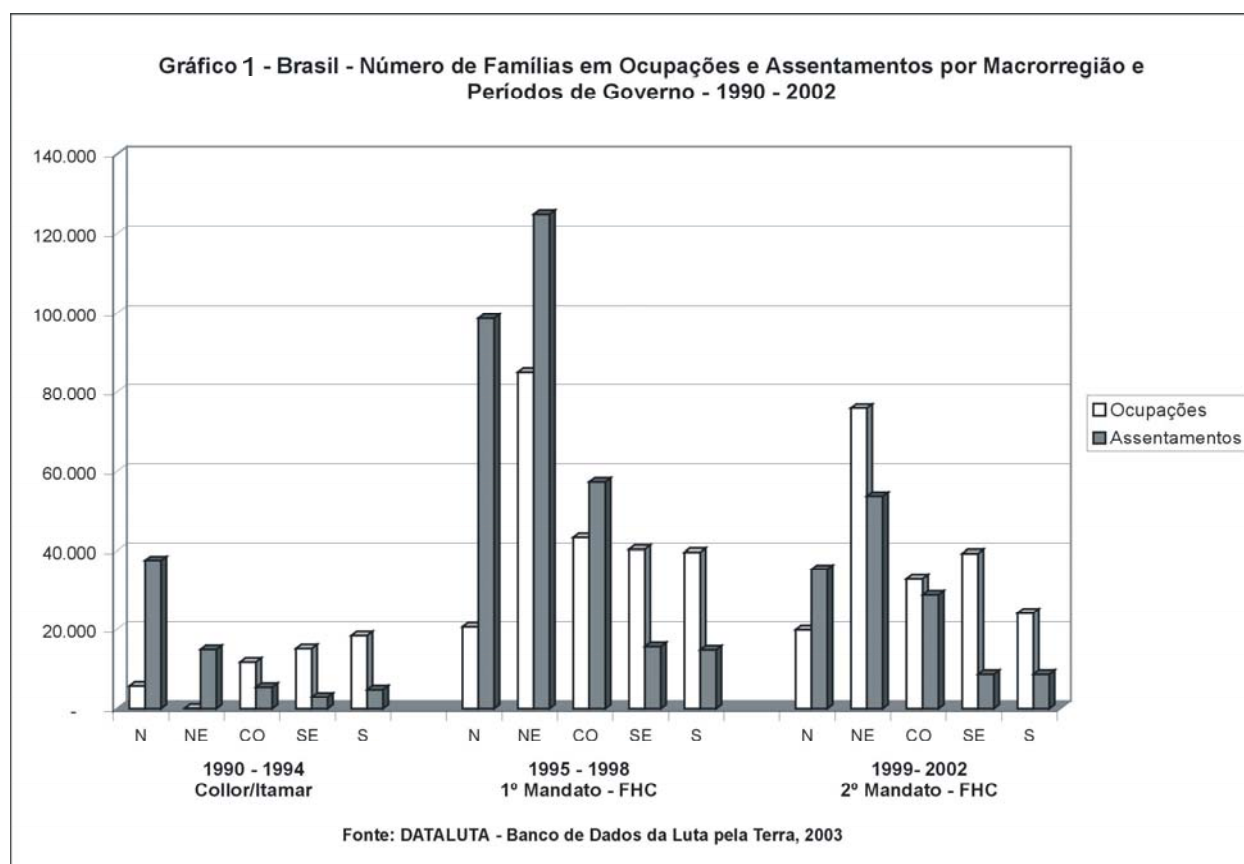
Através desse processo, o MST tornou-se uma organização camponesa territorializada em escala nacional. Delineou a forma de sua estrutura organizativa em setores de atividades e instâncias políticas que se ampliou na década de 1990.

Denominamos o terceiro momento da formação de **territorialização e institucionalização do MST**. Como demonstramos análise do momento anterior, o MST territorializa-se continuamente, contribuindo para a recriação do campesinato brasileiro, que também é expropriado constantemente pela territorialização do capital.

Esse terceiro momento da formação do MST começou no início da década de 1990. Desde então, o Movimento territorializou-se na região amazônica, nos estados do Pará e Tocantins e na região Centro – Oeste, em Mato Grosso. Neste tempo, o Movimento ampliou sua estrutura organizativa, tornou-se conhecido no Brasil e no exterior, enfrentou novos desafios e viveu a contradição da superação e do refluxo.

Na década de 1990, as ocupações multiplicaram-se e foram uma importante forma de pressão política para o a multiplicação do número de assentamentos implantados. (Ver gráfico 1). O avanço e recuo das ocupações de terra corresponderam igualmente ao avanço e recuo do número de assentamentos implantados. As políticas governamentais para a questão agrária, em toda a década, foram de caráter compensatório, implantando assentamento em áreas de conflitos ou na região onde o governo tem estoque de terras. Essa política de implantação de assentamentos tem sido denominada erroneamente de reforma agrária (Fernandes, 2000, p.300).





A territorialização do MST por todas as regiões do País expandiu ainda mais as necessidades de organizar o território do assentamento. E mais, por seus princípios, tornou-se inevitável pensar um modelo de organização do território, ao mesmo tempo em que experimenta novas formas de organização sociopolítica e econômica. Esse desafio está em movimento e apesar dos impasses, a perspectiva é mantida como coerência e possibilidade das transformações.

Nesse tempo, o Movimento tornou-se uma organização popular que articula cooperativas, associações e escolas. É uma estrutura múltipla, plural e híbrida, que foi construída como novas e antigas formas de organização. Contrariando as especulações teóricas, não se transformou em sindicato, nem em partido político, nem tampouco é um movimento social no sentido da definição sociológica. Sem conseguir superar esta questão, definimos o MST como um movimento socioterritorial (Fernandes, 2000, p. 290). Uma organização política que tem como trunfo a conquista do território para sua permanente recriação.

Ao definirmos esse momento da existência do MST como de territorialização e institucionalização, é preciso discutir significado do conceito de instituição. É comum ao se tratar do conceito de instituição, tomar como referência as instituições convencionais. Acreditamos que esses referenciais não são suficientes. Em nosso trabalho compreendemos a instituição como uma estrutura conseqüente das necessidades organizacionais vitais, de caráter permanente e definido por um conjunto de valores e códigos, que determinam as

ações, a visão de mundo e as perspectivas de transformação da realidade, o que exige a constante análise e elaboração teórica na discussão dos conteúdos dos conceitos.

Neste sentido, a estrutura organizativa do MST é um processo que se transforma no seu próprio movimento, expandindo com a criação de novas formas e recriação de velhas formas. Tem caráter informal e formal e uma amplitude que garante os trabalhos em todas as dimensões sociais, econômicas, ambientais e políticas. A sua consolidação não está na definibilidade da estrutura, mas em seu movimento.

Atualmente, a estrutura organizativa do MST tem três partes interativas: *as instâncias de representação, os setores de atividades e as organizações convencionais transversais*. (Ver figura a seguir). As duas primeiras partes são resultados de uma ampla reflexão a respeito das formas de organização dos movimentos camponeses e outras instituições (Stedile e Fernandes, 1999). A terceira parte mantém a forma tradicional das instituições convencionais.

As instâncias de representação política reúnem diferentes espaços, que são formados por diversas modalidades: núcleos, coordenações, direções, encontros e Congresso Nacional.

Os núcleos são formados pelas famílias sem-terra nos acampamentos e nos assentamentos. Os assentamentos e acampamentos elegem suas coordenações que escolhem as coordenações regionais, que por sua vez elegem as coordenações das instâncias superiores e assim conseqüentemente. Os coordenadores indicam, entre seus membros, os componentes da direção nas suas respectivas escalas. Os núcleos, as coordenações e as direções são os fóruns políticos por excelência do MST.

Os encontros e o Congresso Nacional são momentos de definições das políticas conjunturais e estruturais. Os encontros são realizados em todas as escalas da organização do MST. Com exceção do encontro nacional, realizado a cada dois anos, os encontros locais, regionais e estaduais são realizados anualmente. São espaços de decisões políticas que determinam as ações do Movimento e culminam com a realização do Congresso Nacional a cada cinco anos.

Dos núcleos de base ao Congresso Nacional do MST há as coordenações e direções em diferentes níveis e escalas. Os principais fóruns de decisão de planejamento de políticas são os encontros e os congressos. A participação nesses espaços acontece pela inserção do sujeito no Movimento e de seu reconhecimento pelos coletivos. Uma instância elege ou indica os membros de outra instância em nível superior. A porta de entrada nesse processo, geralmente, são os núcleos de base de um acampamento ou de um assentamento.

Nesses diferentes espaços são deliberadas as políticas que são executadas pelos setores de atividades e nas secretarias. Os Setores e as secretarias têm caráter administrativo e executivo e são responsáveis pela realização de projetos de desenvolvimento socioterritorial nos assentamentos e acampamentos. Os setores também estão articulados em diferentes escalas. Desse modo, por exemplo, o setor de educação está organizado desde a escala local, o acampamento e do assentamento, às escalas regionais, estaduais e nacional. E mantém

relações com governos nessas escalas para o desenvolvimento de políticas públicas dirigidas aos acampamentos e aos assentamentos.

Nos trabalhos realizados nos setores estão presentes as organizações convencionais transversais na interação dos projetos de desenvolvimento agropecuário, educacional, saúde e infra-estrutura entre outros. Essa é uma forma extraordinária de interação que impede o clássico isolamento de uma organização setorial, transformando-os em uma articulação em que as ações dos setores materializam-se pelas práticas territoriais e multidimensionais. Um exemplo é a educação, pensada como totalidade para o desenvolvimento territorial, voltado para a formação humanista, técnica e política dos sem-terra.

Na parte setores de atividades há os *coletivos*. Essa é uma modalidade também de caráter transversal. Por exemplo, o coletivo de cultura é formado por membros de vários setores, bem como a Mística que envolve a maior parte dos membros do movimento na realização desta atividade. Outro exemplo é o coletivo de relações internacionais, que embora seja um trabalho específico, também de responsabilidade da coordenação nacional.

## ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST

### INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO

CONGRESSO NACIONAL  
 ENCONTRO NACIONAL  
 COORDENAÇÃO NACIONAL  
 DIREÇÃO NACIONAL  
 ENCONTRO ESTADUAL  
 COORDENAÇÃO ESTADUAL  
 DIREÇÃO ESTADUAL  
 COORDENAÇÃO REGIONAL  
 COORDENAÇÃO DE ASSENTAMENTOS  
 COORDENAÇÃO DE ACAMPAMENTOS  
 NÚCLEOS DA BASE

### SETORES DE ATIVIDADES

SECRETARIA NACIONAL  
 SECRETARIAS ESTADUAIS  
 SECRETARIAS REGIONAIS  
 SETOR DE FRENTE DE MASSA  
 SETOR DE FORMAÇÃO  
 SETOR DE EDUCAÇÃO  
 SETOR DE PRODUÇÃO,  
 COOPERAÇÃO E MEIO  
 AMBIENTE  
 SETOR DE COMUNICAÇÃO  
 SETOR DE FINANÇAS  
 SETOR DE PROJETOS  
 SETOR DE DIREITOS HUMANOS  
 COLETIVO DE RELAÇÕES  
 INTERNACIONAIS  
 SETOR DE SAÚDE  
 SETOR DE GÊNERO  
 COLETIVO DE CULTURA  
 MÍSTICA

### ORGANIZAÇÕES CONVENCIONAIS E TRANSVERSAIS

ANCA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE  
 COOPERAÇÃO AGRÍCOLA  
 CONCRAB – CONFEDERAÇÃO DAS  
 COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA  
 DO BRASIL LTDA.

Desse modo, o MST, em sua estrutura organizativa, reúne diferentes dimensões, fortalecendo a sua organização, mas também criando enormes desafios. Os sem-terra são uma população em processo de ressocialização, que para se constituírem como camponeses não podem depender de uma política de desenvolvimento setorial e ou compensatória. A situação ainda é mais complexa, porque estão interessados em construir a superação das condições que sempre os fragilizaram politicamente. Acreditam na possibilidade de construção de novas relações sociais.

Um dos princípios do MST é a luta estrutural contra o capital. Neste sentido, o Movimento vem enfrentando o desafio de tentar construir novas experiências que permitam superar as relações sociais isoladas do trabalho familiar camponês sem reproduzir as relações capitalistas. Este princípio é marca de sua identidade política. Considerando-o é que compreendemos os avanços e os refluxos do MST. É o que torna admirado, odiado e criticado por instituição, políticos e cientistas<sup>1</sup>.

## **2 - O governo Lula e a questão agrária**

No final da segunda metade da década de 1970, depois de quinze anos de forte repressão política da ditadura militar, os trabalhadores do campo e da cidade lutaram intensamente para reconstruir a democracia e reconquistar direitos.

No campo, da luta pela terra congregada pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, nasceram as experiências de luta pela terra que formaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. As lutas camponesas para ficar na terra, principalmente pela resistência dos posseiros na Amazônia; ou para entrar na terra, especialmente das ocupações de terra no Nordeste e no Centro – Sul, foram ações que recolocavam na pauta política a questão da reforma agrária, que havia sido sufocada com o golpe militar de 1964.

Na cidade, das greves dos metalúrgicos, professores, bancários e outras categorias, reunidas na formação de um movimento sindical autêntico, que formou a Central Única dos Trabalhadores – CUT, nasceu o Partido dos Trabalhadores – PT. Na década de 1980, as lutas populares dos movimentos e dos sindicatos pelas conquistas dos direitos e pelo restabelecimento da democracia constituíram – se nas bandeiras de lutas que transformaram o PT em um dos mais importantes partidos brasileiros.

Essas distintas forças políticas nasceram quase que concomitantemente em espaços políticos diferentes, interativos e autônomos. Cada qual com sua estrutura organizativa e além de suas origens formadas no seio das lutas de classes, tinham em comum pelo menos um princípio: a defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores.

Com a fundação do Partido dos Trabalhadores criou-se um espaço para reunir os projetos políticos dos diferentes segmentos da classe. Na década de 1980, os movimentos camponeses, a Comissão Pastoral da Terra, juntamente com o PT, recolocaram na pauta política a questão da

reforma agrária. A retomada desta luta representava igualmente a intensificação do enfrentamento entre camponeses e latifundiários. Esta luta foi interrompida com o golpe militar de 1964.

O governo totalitário havia elaborado o Estatuto da Terra: uma Lei que expressava os princípios da reestruturação fundiária, que, todavia, jamais foi aplicada. Pela forte vinculação política entre os governos militares e os ruralistas, o que ocorreu de fato foi o extermínio de todos os movimentos camponeses e a intervenção na recém fundada Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Em 1985, foi eleito – indiretamente - pelo Congresso Nacional, o presidente Tancredo Neves, que veio a falecer antes de tomar posse. Assumiu o poder o vice-presidente José Sarney, como o primeiro governo da Nova República. Neste governo foi elaborado o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Novamente, o ataque dos ruralistas foi exterminador. Nesse tempo, surgira a União Democrática Ruralista – UDR. Vinculados ao governo, influenciaram politicamente para a derrubada do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e impediram que o PNRA fosse implantado.

Em 1988, com a elaboração da nova Constituição, a reforma agrária sofreu duro golpe da bancada ruralista. Embora a reforma agrária fora aprovada na Constituição, necessitava, contudo, de lei complementar para a sua realização. Somente em 1993, com a aprovação da Lei 8629, passou a existir regulamentação para a desapropriação de terras. Todavia, mesmo com a existência desta nova Lei, os ruralistas conseguem impedir a desapropriação de terras, arrolando os processos desapropriatórios, conseguindo até mesmo reverter situações em processos já assinados pelo presidente da República.

Em 1989 ocorreu a primeira eleição direta para presidente da República depois de duas décadas de ditadura militar e uma eleição indireta. O PT concorreu nesta e nas eleições de 1994 e 1998, ficando sempre em segundo lugar. Nas eleições de 1989, foi eleito o presidente Fernando Collor, que sofreu impedimento em outubro de 1992, pelo Congresso Nacional, acusado de participar de diversos esquemas de corrupção. Collor foi substituído pelo vice-presidente Itamar Franco que governou até 1994.

Nas eleições de 1994 e 1998, Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito presidente, sendo que no primeiro mandato realizou uma ampla política de assentamentos rurais. Nesse período, o governo defendia a tese que não havia mais latifúndios no Brasil e que não existiam tantas famílias sem-terra (Cardoso, 1991, p.10). Desse modo, acreditava que assentando somente as famílias acampadas, o problema agrário seria resolvido.

Todavia, com os massacres de Corumbiara, no Estado de Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, em 1996, e com o crescimento das ocupações de terra durante o seu primeiro mandato, que passou de vinte mil famílias em 1994, para setenta e seis mil famílias em 1998, o governo FHC viu a sua tese cair por terra.

Em seu segundo mandato, FHC mudou de estratégia e desenvolveu uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra e desenvolvendo de uma política de

mercantilização da terra. Desse modo, criou duas medidas provisórias: uma em que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos quando ocupada mais de uma vez.

Ainda implantou o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras e criação de assentamentos. No segundo mandato do governo FHC, essa política cresceu em detrimento das desapropriações. Também destruiu a política de crédito especial para a reforma agrária, criada durante o governo Sarney, e a política de assistência técnica, prejudicando centenas de milhares de famílias assentadas, intensificando o empobrecimento. Ainda proscreeu a política de educação para os assentamentos, que fora criada a partir de um conjunto de ações do MST.

De 1999 a 2002, o MST e outros movimentos camponeses experimentaram um enorme refluxo da luta pela terra. Este era o segundo refluxo experimentado desde retomada da democracia brasileira e as eleições livres para presidente. O primeiro fora com o governo Collor, quando a Polícia Federal invadiu várias secretarias e prendeu diversas lideranças do MST. As ocupações de terras diminuíram, assim como o número de assentamentos implantados, significando um retrocesso para a luta pela reforma agrária.

Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, essa realidade produziu pelo menos dois resultados lamentáveis: o represamento com o crescimento do número de famílias acampadas, que em 2003, chegou a cento e vinte mil famílias, e a precarização dos assentamentos implantados, que foram implantados como projetos incompletos, que além de não terem infra-estrutura básica, a maior parte também não recebeu crédito agrícola e de investimento.

Na verdade, o governo FHC nunca possuiu um projeto de reforma agrária. Durante os mandatos de seu governo, 90% dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra. Todavia, no seu segundo mandato, quando criminalizou as ocupações e os movimentos camponeses entraram em refluxo e, por conseqüência, diminuíram as ocupações de terra, também diminuiu o número de assentamentos implantados. Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário “clonou” assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais e os registrou como assentamentos criados no segundo mandato de FHC. Essa tática criou uma balbúrdia, de modo que em 2003 nem mesmo o INCRA consegue afirmar, com certeza, quantos assentamentos foram implantados de fato.

## **2.1 – Governo Lula e perspectiva da reforma agrária**

É diante dessa farsa e dessa tragédia, que em 2002, o PT em uma coligação de forças políticas desde a esquerda à direita, elegeu Luís Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil. Desde as eleições de 1989, quando Lula concorreu pela primeira vez até as eleições de 2002,

quando concorreu pela quarta vez e venceu, a conjuntura política e econômica em escalas nacional e internacional mudou significativamente.

No caso do Brasil, o avanço das políticas neoliberais, com o desemprego estrutural, a desregulamentação e eliminação dos direitos dos trabalhadores, a privatização de grande parte de empresas estatais, provocou um enorme refluxo dos movimentos sindicais e camponeses. Nesse contexto, os ruralistas criaram a tática de destacar o agronegócio, tentando suprimir a figura do latifúndio, denominando-o de empresa rural.

Ainda, nessa nova conjuntura política, os ruralistas também criaram a tática de transferir a questão agrária do território da política, do campo dos direitos dos trabalhadores, para o território do mercado e do capital, onde os trabalhadores são plenamente subalternos. Uma das artes do pensamento neoliberal é que a superação do conflito é possível via mercado. Na verdade, esse argumento procura criar uma relação de dependência e, portanto de dominação. É uma visão linear de um processo desigual, explícito na questão agrária.

A questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e conseqüentemente a sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo implacavelmente o conflito. Esse processo é inerente ao capitalismo, faz parte de sua lógica e de sua vida, é, portanto, insuperável. Ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, procurando minimizar os seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou supera-se o capitalismo. Essa compreensão do processo é denominada de Paradigma da Questão Agrária.

Ainda, na década de 1990, surgiu uma nova corrente teórica a respeito do problema agrário. Essa corrente, denominada de Paradigma do Capitalismo Agrário (Abramovay, 1992), procura desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo. Partindo desse pressuposto, propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. A partir dessas condições e com a execução de políticas desenvolvidas pelo Estado, seria superado o problema agrário do capitalismo.

Esse paradigma teve uma força política extraordinária. Além de criar novos conceitos de conteúdos eufemísticos, como agricultura familiar para substituir o conceito de agricultura camponesa; ou agricultura empresarial para substituir o conceito de agricultura capitalista, gerou uma compreensão linear a respeito do desenvolvimento da agricultura e contribuiu para a criação de novos movimentos camponeses, denominados de movimentos de agricultores familiares, como por exemplo, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL, vinculada à Central Única dos trabalhadores – CUT.

O discurso de que o problema agrário pode ser resolvido pelo mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado agradou as forças políticas desde a direita à esquerda. Da mesma forma, a mídia televisiva e a escrita abriram espaços para



os cientistas de passaram a defender essa tese em diferentes jornais diários. Da mesma forma, esse discurso foi incorporado pelos jornalistas e cientistas de diversas áreas do conhecimento, de modo que se tornou predominante.

Desde esse ponto de vista, a questão agrária tornou-se um problema inexistente já que não tem solução na sociedade capitalista e, conforme o discurso predominante, mesmo no Partido dos Trabalhadores, não tem sentido procurar uma solução que não seja a partir da realidade capitalista.

Ainda, desde esse ponto de vista, a compra de terras por meio de políticas tipo “Banco da Terra”, como o apoio do Banco Mundial, pode ser uma saída para o problema agrário. Outras políticas agrícolas determinadas pelo mercado e integração ao capital, por meio do agronegócio, incorporando a “agricultura familiar” passaram a ser bem vistas por diversos setores da esquerda e da direita, fazendo parte também dos discursos de parlamentares do PT.

Desde a vitória de Lula, a mídia nacional, compreendida pelo jornal O Estado de São Paulo, pela Folha de São Paulo, O Globo, e Jornal do Brasil, ainda pela revista Veja e outros periódicos semanais, vem explorando os princípios do paradigma do capitalismo agrário, tentando pautar as políticas governamentais.

Com essa tremenda força política, tenta-se impedir que a realidade do campo brasileiro apareça como de fato é: com uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e em intensificação; com o aumento de famílias acampadas nas beiras das estradas e dentro dos latifúndios; com o empobrecimento dos camponeses, com o aumento da expropriação e exclusão. O que a mídia nacional procura mostrar é o aumento do conflito, mas não apresenta suas causas. Comprova que os assentamentos criados pelo governo FHC estão precarizados, mas não comenta as razões políticas dessas realidades. A mídia procura convencer a sociedade que o problema são os movimentos camponeses, com destaque para o MST, por causa de sua amplitude e de seu poder de espacialização e territorialização (Fernandes, 2000). Assim, a mídia convence a opinião pública e, até mesmo, políticos e cientistas, que o problema são os conflitos e não as causas dos conflitos.

Com a vitória do governo Lula, os movimentos camponeses participaram nas indicações de nomes para cargos de segundo escalão do governo Lula. O MST e a CPT tiveram forte influência na nomeação de vários cargos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, inclusive indicando para presidente o geógrafo Marcelo Resende, que trabalhara no Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais, durante a gestão do então governador Itamar Franco. A CONTAG também indicou alguns nomes para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Durante oito meses, o INCRA construiu um conjunto de políticas para atender os assentados em estado de precarização. Iniciou-se e elaboração de uma política de assistência técnica, foi retomada a política de educação para os assentados, e juntamente com o Ministério do Desenvolvimento agrário, formou-se uma equipe de especialistas para e elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Também, os ruralistas participaram das indicações de nomes para o Ministério da Agricultura, garantido dessa forma a continuidade do modelo de desenvolvimento da agropecuária, que fora implantado pelos governos militares. Além de ocupar esse espaço político, os ruralistas reagiram ferozmente ao aumento das ocupações de terra e do número de famílias acampadas.

Com o forte apoio da mídia, os ruralistas mobilizaram-se contra a política agrária do governo Lula e conseguiram anular a primeira desapropriação executada no município de São Gabriel, no Estado do Rio Grande do Sul. Também se organizaram em todo o país, realizando marchas a cavalo ou carreatas, cercando acampamentos de famílias sem-terra e obstruindo estradas com o gado. Com a intensificação da reação dos ruralistas, aumentou o número de trabalhadores sem-terra mortos por pistoleiros.

Durante os primeiros oito meses de 2003, o INCRA tratou os conflitos fundiários como problema a ser resolvido com a implantação de uma política de reforma agrária. Desse modo, procurou solucionar os conflitos por meio do diálogo e da busca de soluções, procurando romper com as medidas repressivas criadas pelo governo FHC. Essa postura política foi derradeira para a equipe de Marcelo Resende. O alto escalão do PT pressionou LULA para que o presidente do INCRA fosse substituído.

No mês de setembro de 2003, Lula destituiu o presidente do INCRA e sua equipe e nomeou um assessor parlamentar do PT como novo presidente. Com essa medida, o PT demonstrou para os sem-terra e para os ruralistas o seu objetivo de ter o controle político sobre os conflitos fundiários.

O significado dessa medida representa pelo menos que o PT não aceitou a política implantada pelo ex-presidente do INCRA. Ainda não existem elementos para análise do desdobramento dessa atitude de Lula, contudo pode-se desenvolver uma análise a respeito das perspectivas da reforma agrária no governo Lula.

Desde o programa de governo das eleições de 1989 até o programa de governo das eleições de 2002, mudanças ocorreram nos programas, no que se refere à reforma agrária. Algumas dessas mudanças são: não inclusão do número de famílias que poderão ser assentadas até 2006; não mencionar a estrutura fundiária concentrada e abolir a crítica ao sistema latifundista.

Com um discurso ameno e conciliador, a ênfase do texto do programa do governo de 2002 é desenvolvimentista e contém dois objetivos principais: a recuperação dos assentamentos implantados e a implantação de novos assentamentos, acompanhados das políticas básicas: crédito, infra-estrutura, educação, capacitação técnica e comercialização.

Nesse sentido, o governo Lula deverá superar alguns desafios para que possa efetivamente realizar a reforma agrária. O primeiro será conceber a reforma agrária como política de desenvolvimento territorial e não como política compensatória. Uma política de desenvolvimento territorial implica em desconcentrar a estrutura fundiária, o que nunca aconteceu em mais de quinhentos anos de história do Brasil. Todos os governos, até então, conceberam a

reforma agrária como política compensatória, de forma que a maior parte dos assentamentos foi implantada atendendo às pressões dos movimentos camponeses.

Essa realidade provocou uma distribuição espacial generalizada de assentamentos rurais por todas as regiões do País, com assentamentos cercados de latifúndios por todos os lados. Esse desarranjo é uma das muitas evidências da não existência de uma política de reforma agrária. Pois o que determinou a implantação desses assentamentos foram lutas populares e conjunturas políticas e não um projeto estruturado pelo Estado.

Nesses vinte e cinco anos de existência do MST, surgiram diversos outros movimentos camponeses. As ocupações de terras tornaram-se uma forma de luta popular que tem apresentado resultados efetivos. Na verdade, tornou-se a principal forma de acesso à terra por causa da inexistência de uma política de reforma agrária.

As experiências dos movimentos camponeses em pressionar o governo por meio das ocupações é um potencial político que não pode ser ignorado. No ano de 2003, o governo Lula assentou apenas trinta e seis mil famílias. Apresentou um plano nacional de reforma agrária em que propõe assentar quatrocentas mil famílias durante a sua gestão. Também se propõe a assentar cento e trinta mil famílias através de uma política de crédito fundiário. Se esta meta de implantação de assentamentos do governo Lula estiver abaixo da potencialidade política dos movimentos, também as pressões dos ruralistas aumentarão e o governo será acusado de ser conivente com a situação. Diante deste fato, o governo Fernando Henrique Cardoso optou pela criminalização da luta pela terra, com a criação das medidas provisórias, que permanecem no governo Lula. Será um desastre político se esse recurso for usado para refluir os movimentos.

Uma possibilidade democrática de superar essa situação é com a execução de uma política de reforma agrária como desenvolvimento territorial, que deverá definir áreas para o reordenamento fundiário e implantação de vários assentamentos. Os assentamentos isolados possuem maiores dificuldades de organização, inserção, enfrentamento e resistência ao mercado. Nesse sentido, o governo Lula conta com pelo menos vinte anos de experiências de políticas de assentamentos de outros governos, para poder separar os fracassos dos sucessos.

Outro desafio do governo Lula é desconcentrar de fato a estrutura fundiária. Em toda a história do Brasil, a tendência é de concentração e nas últimas décadas é de intensificação da concentração. Para desconcentrar a estrutura fundiária não basta assentar. Também é necessário diminuir a expropriação dos camponeses, por meio de políticas de desenvolvimento territorial, como crédito, garantia de preços, orientação técnica e tecnológica, educação, infra-estrutura, entre outras.

A reforma agrária é uma política pública de desconcentração fundiária por meio da desapropriação de terras. Crédito fundiário para compra de terras não deve ser confundido com reforma agrária, para não se repetir a esdrúxula expressão: "reforma agrária de mercado" do governo FHC. Afinal, o mercado não desconcentra, ao contrário, intensifica a concentração, como pode ser analisado nos censos agropecuários desde a metade do século XX.

Outro desafio será superar a dicotomização das políticas públicas para as famílias assentadas e as famílias de pequenos agricultores já estabelecidas muito antes da implantação dos assentamentos. Considerando que a maior parte dos camponeses está empobrecida, políticas conjuntas para o desenvolvimento territorial dos agricultores serão fundamentais.

A política de recuperação de assentamentos deve estar contida no plano nacional de reforma agrária, que por sua vez deve ser ágil para diminuir senão acabar com os acampamentos de famílias sem-terra. Conseguindo esse intento, os conflitos tenderão a diminuir e a maior luta dos movimentos camponeses será pela apropriação da riqueza produzida pelo trabalho familiar, podendo ser superada dessa forma centenas de anos de luta pela terra.

Evidente que esta é uma perspectiva bastante otimista. Todavia, este foi o lema que ajudou a eleger o governo Lula: a esperança.

### **Considerações finais**

Embora a esperança seja de todos, a realidade não apresenta indicadores de muita confiança. Não há no Congresso Nacional uma conjunção de forças favoráveis à reforma agrária. Nos escalões do governo, parece-nos que existe muito mais uma proximidade política com o paradigma do capitalismo agrário do que para com o paradigma da questão agrária, de modo que a questão agrária pode ser tratada como problema inexistente, e ainda poderemos ouvir que o tempo da reforma agrária já passou. Se isso for fato, os assentamentos serão tratados como política compensatória e novamente os movimentos camponeses enfrentarão um enorme retrocesso na luta pela reforma agrária.

Durante os primeiros meses do governo Lula, o MST não cessou as formas de pressão, por meio de ocupações e marchas. Por causa da intensificação dos conflitos, Lula vem afirmando constantemente na mídia que ninguém fará a reforma agrária na marra, mas não tem afirmado no mesmo tom que ninguém impedirá a reforma agrária na marra.

Se se repetir o poder do atraso da história brasileira, grande parte dos latifundiários venderá suas terras para o INCRA e serão denominados como aqueles que contribuíram para que o Brasil superasse mais um de seus problemas políticos.

### **Bibliografia**

- Abramovay, Ricardo. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo, Hucitec, 1992.
- Cardoso, Fernando Henrique. Prefácio. In Graziano Neto, Francisco. *A Tragédia da Terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.
- DATA LUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. [www.prudente.unesp.br/dgeo/nera](http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera)
- Fernandes, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- Fernandes, Bernardo Mançano. *Questão Agrária. Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

Hobsbawm, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Hobsbawm, Eric. *Pessoas Extraordinárias*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Navarro, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In Santos, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

Stedile, João Pedro. Fernandes, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

---

<sup>1</sup> - Um exemplo é a crítica contundente de Navarro, 2001. A partir de uma visão dilacerante do MST faz uma análise fragmentada, destacando a obviedade do seu caráter político. O conteúdo fastidioso do artigo, até o momento, não teve repercussão no meio científico, recebendo apenas um contraponto de Horácio Martins de Carvalho, publicado no mesmo livro, como pronta e repetitiva resposta de Navarro.